

Uma publicação do Instituto Genildo Batista



200 ANOS

Muito além do Grito... a hipocrisia da independência

De Pindorama ao Brasil atual, o que os povos, originários e negros, têm a dizer?

O **Instituto Genildo Batista - IGB** solicitou a três pessoas que fazem parte do mesmo e que estudam, escrevem e debatem sobre a história do nosso país, textos que falem sobre **“200 anos... Independência para quem?”**.

O resultado, fundamental para entendermos a história do nosso país, está nesta edição do **INFORMA-SE.**

Agradecemos à **Marize Oliveira**, dirigente e militante do movimento indígena; ao **Edson Bomfim**, dirigente e militante do movimento negro e ao **Marcos Rangel**, professor e secretário de Formação do IGB, essa valiosa contribuição, que mostra os últimos 200 anos sob o ponto de vista de quem viu seu território - Pindorama - ser invadido, de quem foi escravizado/escravizada e de quem viu um Brasil ser criado e construído com o trabalho, suor, lágrimas e sangue da maioria da população, que ainda padece com as consequências e com o projeto de dominação e dependência imposto, vigente no Brasil desde os tempos coloniais.

Solicitamos que leiam, debatam e divulguem o **INFORMA-SE**

MUITO ALÉM DO GRITO

POR MARCOS RANGEL



Pintura "Independência ou morte" ou "O Grito do Ipiranga", de Pedro Américo: pintada em 1888 (66 anos após o fato) por um pintor nascido em 1834 (12 anos após o Grito), trata-se de um exercício de imaginação repleta de simbolismo, e não um retrato fidedigno do evento

"Cercado de repúblicas por todos os lados, o Brasil colocaria no centro do poder um rei, ou melhor, um imperador, para espanto e desconfiança dos vizinhos latino-americanos. Por certo, a emancipação não foi obra exclusiva de nosso quixotesco d. Pedro. O evento é expressão visível de uma série de tensões e arranjos que se colavam à crise do sistema colonial e do absolutismo, tão característicos do fim do período moderno."

(SCHWARCZ, L.M.; STARLING, H.M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 222)

O retrato mais conhecido do evento conhecido como Grito do Ipiranga é uma obra de ficção. Pintado por Pedro Américo (1834-1905), sob encomenda do imperador D. Pedro II, visava enaltecer a figura do pai do monarca, líder da independência e primeiro chefe de Estado do Brasil independente. **Os trajes de gala, o número de pessoas da comitiva e a própria colina sobre a qual D. Pedro I ergue sua espada não correspondiam à realidade.** Ao resgatar a grandeza do gesto do primeiro imperador, **buscava-se exaltar a própria monarquia, que já sofria sua crise terminal** naquele ano de 1888 em que a pintura foi revelada ao mundo.

O Grito de 7 de setembro entrou para a nossa história como o evento simbólico que marcou a separação definitiva entre Brasil e Portugal. Porém, **livros portugueses costumam se referir ao dia 12 de outubro, que foi a data da aclamação de D. Pedro de Alcântara como primeiro imperador do Brasil.** A aclamação se deu na cidade de Rio de Janeiro, em meio a concorridos festejos populares.

Processo de independência e os vários projetos de Brasil independente

A historiografia oficial, ao longo das décadas e séculos seguintes, preferiu destacar um **evento com poucas testemunhas**, no qual o príncipe português era acompanhado por uma pequena comitiva, em vez da **data oficial de aclamação do monarca, repleta de povo e anunciada para o mundo**. Essa preferência parece ilustrar as **características do próprio processo de independência**, ou ao menos da forma como a nossa emancipação política se consumou.

Havia vários grupos e vários projetos de Brasil independente, que se manifestaram desde as décadas anteriores ao ano de 1822.

A **Conjuração Mineira de 1789** propunha uma república de proprietários, aos moldes dos Estados Unidos, onde, ao que se sabe, a escravidão seria mantida.

A **Conjuração Baiana de 1798**, por sua vez, se inspirava mais fortemente no jacobinismo francês e tinha um caráter muito mais popular.

A **Revolução Pernambucana de 1817**, por sua vez, foi o primeiro levante que conseguiu, ainda que por pouco tempo, proclamar a República em parte do território brasileiro. Porém, **essa intensa participação popular não era exatamente bem vista pela classe dominante da época**.

INDEPENDÊNCIA PARA QUEM?

Grandes fazendeiros escravocratas assumem o comando...

Os grandes fazendeiros escravocratas assumiram o comando do processo de independência.

Para esses ricos e poderosos senhores de terras e escravos, latifúndio e escravidão rimavam melhor com monarquia.

Um governante hereditário, assentado no simbolismo e tradição da dinastia de Bragança, teria muito mais facilidade de se legitimar diante dos vários grupos regionais e também de nações estrangeiras, bem como mobilizar os recursos necessários para garantir a unidade do território e os privilégios da classe dominante.

Conflitos internos e coesão entre os senhores

Obviamente, num país de dimensões continentais, a condução da independência, mesmo sob a liderança de uma classe muito coesa na defesa de seus interesses principais, não se daria sem conflitos internos entre os próprios senhores. Mesmo assim, essa **elite conseguiu se manter unida em torno das definições essenciais sobre o novo Estado-Nação.**

Um exemplo disso foi a **solução da disputa sobre o texto da Constituição do Império**, entre o chamado **partido brasileiro**, que pretendia limitar os poderes de D. Pedro, e o **partido português**, que queria reforçar a centralização do poder na figura do imperador

A disputa acabou com a **vitória deste último partido, liderado pelo próprio D. Pedro, que mandou dissolver a Assembleia Constituinte de 1823 e prender seus principais integrantes.**

Depois disso, impôs ao país sua primeira Constituição, a de 1824, que estabeleceu o **voto censitário** — ou seja, restrito a quem apresentasse patamares de renda mínima para votar e ser votado — e o **Poder Moderador** — de uso exclusivo do imperador, que lhe permitia interferir em qualquer outro dos Três Poderes.

Obviamente, a escravidão também continuava mantida.

Embora tenha nascido em um contexto de discordância entre setores da própria classe dominante, **a Constituição de 1824 se manteve, com pequenas alterações, por 65 anos, sendo invalidada apenas pela Proclamação da República.**

Até hoje, permanece a mais longa Constituição da história brasileira, já que nenhuma das seis cartas magnas republicanas chegou a durar tanto quanto a Lei Maior monárquica.

Essa longa duração do primeiro texto constitucional, apesar dos conflitos, mostra a ferrenha unidade de classe dos setores dominantes da sociedade brasileira, que pode ser percebida até hoje.

Duzentos anos após o ano de 1822, o povo brasileiro, majoritariamente descendente dos trabalhadores escravizados excluídos da cidadania no Império do Brasil, ainda tem o desafio de conquistar o protagonismo nas decisões sobre o futuro econômico e político deste país.



Sete de Setembro, dia da Independência sob o olhar dos povos indígenas

POR MARIZE OLIVEIRA

Desde a invasão de Pindorama em 1.500, os povos originários foram vistos como um entrave ao avanço do “progresso” colonial e de suas políticas de colonização deste território.

Desde a chegada dos europeus, estas terras foram vistas como território de exploração dos recursos para enriquecimento de uma elite branca e europeia. Essa realidade perdura até os dias atuais.

No início, a Igreja junto com o Estado português tentou promover a **catequese** com a justificativa de levar a “palavra de Deus” aos gentios e assim, “salvar-lhes a alma”. Na verdade, o objetivo era torná-los “dóceis”, colaboradores do processo de dominação. Não deu certo, exemplo disso no Rio de Janeiro, foram os **Tupinambás**, que resistiram bravamente no litoral contra o invasor. Foram quase exterminados e só depois de muitos séculos seus remanescentes vêm lutando para retomar parte de seus territórios ancestrais, inclusive na Costa Verde, em Mangaratiba. Território de Cunhambebe.

Em todo este processo de **esbulho das terras indígenas**, de **violências de todo os tipos**, **as mulheres indígenas resistiram, em contraposição à imagem de Iracema, a virgem dos Lábios de Mel** de José de Alencar, cujo romance sugere que a mulher indígena deve ser dócil e submissa, ter um amor incondicional pelo invasor/colonizador português; e ao ser abandonada por seu amor, desiste de viver, logo após parir o fruto de seu amor pelo colonizador, onde o filho simboliza o início do povo brasileiro e o casal, o choque desastroso de duas civilizações que para tal contato só há um caminho para os povos originários: a morte!

Esta visão é algo recorrente na História do Brasil.

Isto foi o que os não indígenas **esperavam que acontecesse**, a “**integração**” dos povos **indígenas (etnocídio)**, mas a realidade foi muito diferente: **nestes pouco mais de cinco séculos, seguimos resistindo**, apesar da pressão, principalmente nestes últimos seis anos de projetos de lei que tramitam na câmara federal de destruição do direito às terras ancestrais pelos povos indígenas, pois **o Brasil nasceu agrário, cuja visão era ser o produtor de matéria-prima em larga escala para suprir o mercado externo.**

INDEPENDÊNCIA DO BRASIL acordo excludente, predatório, pensado e produzido entre as casas reais e as elites

Um **projeto econômico predatório** onde tudo é arrancado de forma destrutiva, deixando apenas a exclusão, a fome, a morte, o abandono nestes territórios e não importa que apenas 16% das terras brasileiras estejam nas mãos dos povos indígenas, territórios estes, os mais bem preservados do planeta.

Esta elite predatória quer 100% do território nacional, sem se importar com os danos irreversíveis para as futuras gerações.

Mas os povos indígenas, incluindo a luta e resistência das mulheres originárias, sempre estiveram em uma linha diametralmente oposta a todo projeto imposto pelo Estado, quer seja a destruição das florestas e rios ou a ação de etnocídio com o objetivo de formar um povo híbrido, que desconhecesse seu passado de lutas, de sentir orgulho de seu território e de suas origens, que não valorizasse sua ancestralidade na formação de seu povo.

O advento da Independência do Brasil foi pensado e produzido por uma elite que deixou de fora qualquer outro grupo social, diferente de outros processos de independência ocorridos em Abya Yala. Aqui, foi um acordo entre as casas reais e as elites.

E o Brasil já nasce devendo! Confira Aqui 200 anos de Sistema da Dívida, com Maria Lucia Fattorelli



E já nascemos devendo, e quem pagou a conta foram aqueles que não foram chamados a construir um projeto de nação autônoma e democrática.

A exclusão já se mostra na primeira Carta Magna deste país.

É importante trazer ao debate o início deste projeto que começa com a invasão de Pindorama, para que se entenda que a visão e as políticas produzidas contra os povos indígenas começam muito tempo antes deste século, pois na primeira Constituição Federal, pós-independência, foi delimitado quem seriam os cidadãos brasileiros.



Constituição de 1824, a primeira Carta Magna do Brasil, exclui os povos originários (povos indígenas)

Segundo o **Art.6, da Constituição Federal de 1824** foram considerados cidadãos brasileiros:

TITULO 2º Dos Cidadãos Brasileiros.

Art. 6. São Cidadãos Brasileiros

I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.

II. Os filhos de pai Brasileiro, e Os illegitimos de mãe Brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem estabelecer domicilio no Imperio.

III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em paiz estrangeiro em sorviço do Imperio, embora elles não venham estabelecer domicilio no Brazil.

IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brazil na época, em que se proclamou a Independencia nas Provincias, onde habitavam, adheriram á esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residencia.

V. Os estrangeiros naturalisados, qualquer que seja a sua Religião. A Lei determinará as qualidades precisas, para se obter Carta de naturalisação.

Portanto, os povos originários não eram considerados cidadãos do Brasil.

Deste período até os dias atuais, somos tratados como povos à parte da Nação Brasileira, o que demonstra o total desconhecimentos dos 305 povos que ainda existem neste território e o muito que nós contribuimos para a formação da cultura brasileira, bem como os quase 40% da população indígena que vivem em contexto urbano.

Logo, como só a elite poderia votar, os povos indígenas e as mulheres que não tinham nenhum tipo de renda, foram excluídos do grupo aceito como cidadãos.

Para votarem os eleitores deveriam ter uma renda de cem mil Réis anuais líquidos e para serem candidatos, uma renda de quatrocentos mil Réis anuais líquidos, como delimitados nos artigos 92,94 e 95, da referida Constituição, quer sejam nas Assembleias Paroquiais ou Distritais.

**Assim nasce o Brasil:
elitista, agrário,
masculino e cristão.**

GENOCÍDIO

Aproximadamente 7 milhões de vidas indígenas foram ceifadas e mais de mil povos foram exterminados

Séculos se passaram, onde o genocídio provocado pelo colonizador e pelas elites que se estabeleceram neste território sem, contudo, nunca aceitarem que ceifar a vida de aproximadamente 7 milhões de indígenas e mais de mil povos é sem dúvidas um genocídio, **seguem destruindo a possibilidade de direitos a territórios e políticas públicas para estes povos.**

A expansão econômica na República e os impactos para os povos indígenas



Com o objetivo de aumentar a economia do país, os grupos ligados à agricultura, pecuária e extrativismos vão interiorizando e cada vez mais ampliando as fronteiras, fazendas de café, pecuária, extração da borracha, linhas de telégrafos, ferrovias, construção de vilas e povoados – territórios assinalados nas cartas geográficas como desconhecidos. Mas estas terras não eram vazias, existiam muitos povos que as habitavam. Eram grupos indígenas que haviam resistido obstinadamente ao contato com a civilização, encurralados pela expansão do capital. Luta armada, porque os índios, donos inquestionáveis das terras, atacavam os colonos que nelas se estabeleciam; os colonos, convencidos da ideia de que eram agentes do progresso, contra-atacavam, criando um estado de pavor que se alastrava pelo sertão”. (Gagliardi, 1989, p. 174). *O indígena e a República. São Paulo, Universidade de São Paulo: secretaria de estado da cultura, 1989*

DITADURA MILITAR

No período da Ditadura, megas-obras foram produzidas, dentre elas, a Transamazônica, cujo lema para justificar tal obra era: “Integrar para não entregar”.

As grandes obras na Amazônia serviram de pretexto para ataques que incluíram bombardeios e chacinas.

Passados aproximadamente 40 anos, dos 1.751 Km, pouco menos de 10% estão asfaltados. (*Folha de S.Paulo em 22/10/2016*).

Não existe vigilância na estrada e portanto, é uma estrada utilizada para escoamento de madeira ilegal das áreas protegidas.

A Comissão Nacional da Verdade estima que **ao menos 8.350 índios foram assassinados entre 1946 e 1988.**

As investigações apontam **dois períodos distintos em se tratando de violações aos povos indígenas.**

Antes de dezembro de 1968, os massacres se davam mais pela omissão do Estado.

Após o Ato Institucional 5 (AI-5), com a criação da Fundação Nacional do Índio (Funai), o maior responsável pelos homicídios foi o regime militar, que durou de 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985.

Movimento Indígena garante importantes direitos na Constituição Federal de 1988

No processo de reabertura política uma nova Constituição Federal foi produzida com a participação de vários grupos organizados, inclusive o Movimento Indígena que garantiu artigos importantes para os povos originários como os artigos 231 e 232 onde são assegurados direitos ligados às especificidades dos povos indígenas, como, por exemplo, a **garantia de utilização de línguas maternas e processos próprios de aprendizagem pelas comunidades indígenas** (§ 2º do art.).

Mas as leis no Brasil são como diz o ditado: “pra inglês ver.”

Portanto, assegurar os direitos indígenas é uma luta diária e constante ao longo destes pouco mais de cinco séculos, inclusive lutando contra as fakenews constantes.

O aumento da Bancada do agrobusiness, sempre trouxe projetos de lei que pairam sobre as cabeças dos povos indígenas, a violência, a exclusão, a fome e a morte.

Mas este é um povo de resistência, portanto, criou ao longo dos anos de luta associações que pudessem trazer recursos para diversificados projetos, e na mobilização em defesa de suas necessidades políticas, o Acampamento Terra Livre que todos os anos há aproximadamente 20 anos, mobiliza povos indígenas que reúnem-se em Brasília durante 5 dias, acampados

Independência com dependência econômica e massacre dos povos negros e originários

A hipocrisia da independência do Brasil

POR EDSON BOMFIM

As comemorações dos 200 anos de independência do Brasil, um fato que reforça e prioriza o processo de negação da brasilidade, exaltação da extinta família real, negação do processo histórico constituído das lutas negras e dos povos originários, mascaramento da dependência econômica e surgimento da elite burguesa e sua branquitude.

Em uma breve análise com um recorte étnico racial negro não é possível não mencionarmos a importância e medo das elites com os acontecimentos internacionais, perpassando desde a Revolução Francesa, inspiradora dos mais diversos movimentos anticoloniais no continente americano, sendo, inclusive, elemento propulsor da independência tanto dos Estados Unidos, 1776, como do Haiti, 1804, sendo este o primeiro país que com sua independência extinguiu a escravidão.

Por outro lado, não podemos desmerecer as diversas iniciativas internas de constituição de nossa independência que se espalharam no país, desde o Quilombo dos Palmares no século XVII à Inconfidência Mineira, perpassando por inúmeras outras insurreições, revoltas, aquilombamentos etc.

Assim, o que se vê é a comemoração de uma independência inacabada ou mesmo hipócrita, pois com a mesma apenas se substituiu a tutela colonial portuguesa pelo tutelamento econômico exercido pela Inglaterra, com a indenização portuguesa pela perda da sua colônia e gastos advindos da luta pela manutenção do país sobre a tutela colonial.

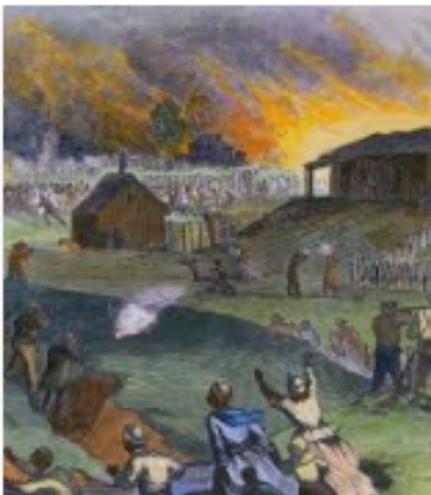
O processo de construção do que veio a se chamar independência foi desenvolvido desde a fuga da família imperial portuguesa para o Brasil e o estabelecimento de condições para sua regência a partir daqui. Com o seu retorno para Portugal não teve condições de retornar ao estado de alienação imposto anteriormente à sua presença em nossas terras. Tal processo, somado aos diversos fatos ocorridos, tanto internamente quanto externamente impõem uma situação que nos remete ao movimento de independência.

Conciliação entre as elites e o modelo imperial de sociedade

Não é possível a compreensão deste movimento sem que tenhamos minimamente explícita a **situação das elites nacionais**, que **beneficiárias com a estadia da família real** em terra brasilis, **viram crescer o seu potencial econômico e a sua ascensão a bens de consumo antes limitados**.

Deste modo, vendo a **oportunidade de ampliação da sua influência junto ao Estado brasileiro**, através de um explícito **movimento de conciliação** vemos a **proclamação da independência**, a qual significou não apenas o **rompimento com a colonização portuguesa**, caracterizou a nossa **dependência econômica** e mais do que isso, em seu momento inicial **subjugou qualquer movimento revolucionário de transformação política e social**, visto que o terror haitiano permanecia presente nas elites brasileiras.

É com este **movimento de conciliação entre as elites e o modelo imperial de sociedade** que vemos um **processo de extinção, apagamento da história das lutas por superação deste modelo societário**, bem como, das **lutas dos povos negros e originários**.



Ceará Criolo

Supressão/apagamento da história das lutas dos povos originários e negros e da luta contra o modelo imperial de sociedade

Apenas para exemplificar e tornar explícito **o papel deste apagamento**, tivemos por cerca de cinco anos a **Revolta do Engenho de Santana em Ilhéus/BA** (que podemos considerar a **primeira greve do país**; mas, com o apagamento da história se impõe que as lutas trabalhistas só vieram a acontecer após a proclamação da república), a **Inconfidência Mineira em 1792**, a **Revolta dos Alfaiates na Bahia em 1798** ou ainda, a **Revolução Pernambucana em 1817**; isso sem contar os diversos aquilombamentos e insurreições negras e dos povos originários.

Não é apenas marcante a **desvinculação dos anseios populares por transformação político-social** é, também, possível identificarmos a **exclusão geográfica que, posteriormente, se implementou de forma mais aguda**.

Por outro lado, a **negação dos anseios populares dá lugar a certo heroísmo tributado à família real**, o qual perdura até aos nossos dias, sempre que **nos encontramos em um momento de mudanças**.

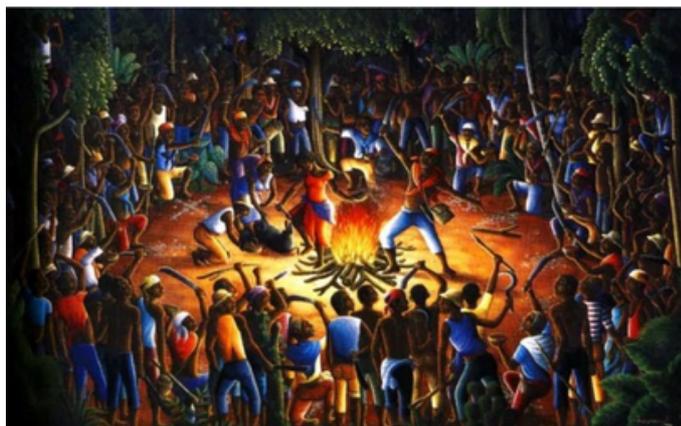
É assim que se justifica a exaltação a D. Pedro I, inclusive com o transporte do seu coração de Portugal ao Brasil durante as **comemorações da hipocrisia da independência, nas quais se escamoteia todo o processo histórico em nome de um ato simbólico** que, como podemos ver hoje, até mesmo o seu registro é passível de contestação.

E, pior ainda, **negam concretamente a resistência portuguesa e as guerras pela independência real do país, principalmente as batalhas que terminaram identificadas como independência da Bahia, como se este estado não pertencesse ao Brasil.**

Negam, também, a **intervenção inglesa nas negociações que culminaram com a aceitação da referida independência por Portugal após acordo indenizatório que atribuiu ao recém-país independente a sua primeira dívida externa, sem que nenhum centavo tenha sido empregado em nossas terras.**

Vale lembrar que a **ausência de aportes financeiros para desenvolvimento do país é consequência direta da conciliação das elites brasileiras com o modelo imperial e que a falta de recursos financeiros se tornou impedimento para o avanço das lutas contra o escravismo, ao mesmo tempo em que permitem a introdução do sentimento de branquitude.**

Haiti - primeiro país que com sua independência extinguiu a escravidão



outraspalavras.net

Não é demais destacar que **o medo da haitinização do Brasil**, presente entre as elites brasileiras e **respaldado pelas principais potências mundiais da época**, também, **garantiu o modelo político.**

Com a conjuntura econômica do país era **impensável pensar-se em um processo de abolição da escravização negra semelhante ao haitiano**, mesmo que garantisse a indenização dos nossos algozes, como visto no Haiti.

Ressalta-se que desde sua independência **o Haiti tornou-se um país deficitário economicamente.**

A indenização portuguesa ao processo de independência brasileira ou a **compra da independência com a dependência econômica inglesa** não se limita apenas à **indenização.**

Como sabemos a **exportação dos produtos manufaturados e a exportação das matérias primas brasileiras** perpassavam necessariamente pelas **mãos inglesas**, diretamente ou indiretamente através da comercialização com os seus bancos.

O QUE AS ELITES COMEMORAM NESTES 200 ANOS?

Não podemos desmerecer o papel da Inglaterra como incentivadora dos diversos movimentos emancipatórios na América Latina, obviamente em troca de maior espaço para a importação dos seus produtos, ou seja, através da abertura de novos mercados.

Como é possível perceber nesta breve análise, talvez a única coisa ou questão a ser comemorada nestes duzentos anos é o início do processo de conciliação das elites brasileiras com o aparelho estatal, que perdura até aos nossos dias.

Ou seja, a capitulação do império diante das elites ao mesmo tempo em que favorecia a implementação e o fortalecimento do capitalismo mercantil. E com este, o desenvolvimento de um processo de segregação com a supressão dos anseios de abolição da escravização e a implementação inicial da concepção de branquitude nacional.

Definitivamente não é possível comemorar independência quando esta aprofundou, ou melhor, formatou um processo explícito de segregação étnico racial para nós povos negros e originários

Negando assim, os manuscritos da Revolta dos Alfaiates “... chegará o tempo feliz da nossa liberdade, o tempo que seremos todos irmãos”.